

Lima, Año XVII, No. 166, mayo-junio, 2016

## O ROSTO FEMININO DA EDUCAÇÃO REPUBLICANA ENTRE MARIA E MARIANNE<sup>1</sup>

Lia Faria<sup>2</sup>  
Washington Dener<sup>3</sup>

Ó liberdade, quantos crimes se cometeram em teu nome! (Manon Roland)

Mas parece-me que atingiríamos o duplo objetivo de assegurar à pátria todos os talentos que podem servi-la e de não privar nenhum indivíduo da vantagem de desenvolver os que receberam, se as crianças que revelarem maior capacidade, num grau de instrução, fossem chamadas a freqüentar o grau superior e mantidas à custa do tesouro nacional, sob o nome de alunos da pátria. (Condorcet, 1943)

### Introdução

Um dos signos que marcaram o imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina como representação da República. Deste modo, a mitologia cívica francesa, funda os mitos da liberdade associados aos caminhos republicanos, inspirando-se na figura feminina desde o momento da proclamação da República em 1792. No quadro de Delacroix, "A liberdade guiando o povo", o artista se expressa através de uma mulher, levando na mão direita a bandeira tricolor, outro importante símbolo francês. Quando da proclamação da 2ª República em 1848, uma outra pintura, de Dumier, apresenta a República como uma mulher maternal, substituindo desta forma, o antigo significado da figura de Delacroix, mais revolucionária, assinalando os sentidos daquele novo momento histórico. Portanto, a figura feminina associada à 2ª República nos remete ao papel da família, com a mão esquerda segurando uma das crianças, que está amamentando, enquanto na mão direita, mantém a bandeira tricolor. O que se destaca, naquele momento, é a intenção de imprimir ao Estado republicano francês o modelo burguês de família que se pretendia enraizar no imaginário coletivo da população.

Assim sendo, torna-se importante destacar o marco do ocultamento daquela primeira representação feminina combatente do final do século XVIII, a mulher do povo. Por outro lado, os estudos sobre gênero sinalizam os significados presentes naquela nova alegoria feminina, envolta nos mistérios do sagrado: *Maria*, a mãe.

A visão mais revolucionária, socialista, que se expressa em uma mulher militante, oriunda das classes populares, vai sendo cada vez mais substituída pelo modelo da república burguesa, em que a alegoria feminina surge mais comportada,

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no Seminário de comemoração do ano da França no Brasil, no Colégio Franco-Brasileiro. SEMINÁRIO IDENTIDADES PLURILINGUES E INTERCULTURALIDADE – ANO FRANÇA BRASIL. Mesa: França Brasil – Educação, Gênero e História.

<sup>2</sup> Professora-adjunta da Faculdade de Educação (UERJ)

<sup>3</sup> Professor-adjunto da Faculdade de Educação da UERJ. Doutor em História Social pela USP.

associada à maternidade. No entanto, já na Terceira República, a figura feminina que retorna como representação republicana, se sustenta na *persona* de *Mariane*, nome popular de mulher. Em contraposição a tal imaginário, os setores conservadores incentivaram o culto à Virgem Maria (Carvalho, 1990).

Cabe aqui destacar que o grupo republicano no Brasil que seguia a orientação francesa irá também se inspirar nessas imagens e símbolos femininos. Embora, os pintores brasileiros não produzissem obras significativas que eternizassem a figura da mulher, relacionando-a diretamente à República. Ao contrário, várias caricaturas de época apontam para uma ridicularização desta possível representação feminina.

Ainda hoje, encontramos bustos de mulher relacionados àquele período, alguns se encontram no Museu da República, no entanto, não imprimiram marcas no imaginário coletivo brasileiro, ao contrário do que ocorreu na França. Ao mesmo tempo, cabe destacar também a presença do pensamento positivista, que considerava a mulher como o símbolo ideal de inspiração para a humanidade, a partir da figura da virgem-mãe<sup>4</sup>.

Com o passar dos anos, o que se observa mesmo na França, e que vai ocorrer um esvaziamento do significado revolucionário da figura feminina. O pintor Décio Vilhars, em 1890, seguindo os desejos de Augusto Comte, reproduziu a imagem da humanidade utilizando-se do rosto de Clotilde de Vaux (amada de Comte), para a obra "Estandarte da Humanidade". A idealização se fundamenta em uma mulher em atitude protetora, com o filho ao colo.

Ao mesmo tempo, os estudos revelam que embora os positivistas considerassem a raça negra superior à branca e, incorporassem os índios e os proletários à nação brasileira, não identificavam a humanidade ou o Estado republicano com mulheres índias, negras ou proletárias, mas ao contrário, a partir de uma personagem branca, Clotilde de Vaux.

Paralelamente, podemos afirmar que os pintores positivistas foram os únicos que utilizaram a figura feminina como alegoria cívica. Deste modo, pode-se afirmar que a República brasileira não produziu uma estética própria que pudesse caracterizar aquele período. Assim, tempo, a pintura histórica vai perdendo o seu espaço e os raros quadros deste período se referem a alguns "heróis republicanos", como Deodoro e Tiradentes.

Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2006), na França os inimigos da República costumavam satirizar a alegoria feminina, enquanto no Brasil, esse sempre foi o tom predominante. Vasco Rima, em 1913, pinta uma versão brasileira do quadro de Dumier, em que a mulher aparece com seios muito grandes. Quando o Marechal Hermes da Fonseca questiona a imagem, o artista responde: "É a nudez crua da verdade. A República dá de mamar a tanta gente!" (Carvalho, 2006, p.88).

---

<sup>4</sup> Mesmo como símbolo da República, a mulher continuou à margem da participação política no século XIX tanto na França como no Brasil. Até mesmo no berço do pensamento liberal, defensor dos direitos do cidadão, como foi o caso dos EUA, na Constituição Americana, os direitos políticos femininos só serão considerados na década de 20 do século XX.

Portanto, o que as pesquisas revelam é que no Brasil, em forma de caricatura ou não, as referências ao novo regime tendem a associar a República, com prostitutas, em uma infeliz associação com a *res publica*, distorcendo o significado do que seriam as “mulheres públicas”.

Ainda segundo Carvalho (2006), para que determinado imaginário se enraizasse, se torna necessário o estabelecimento de uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. No caso da França, fermentou-se um terreno social e cultural no qual se construíram alegorias e mitos, inspirados pela participação efetiva e comprovada das mulheres, nas revoluções de 1789, 1830, 1848 e 1871.

Desta forma, a figura de *Marianne* se remete às mulheres do povo, as mais afetadas pela pobreza, que se mobilizam protestando contra a falta de alimento. No entanto, contraditoriamente, ao longo das diferentes fases da revolução Francesa, as sociedades femininas serão proibidas e lhes são negados os direitos políticos. Por outro lado, na Declaração de Direitos do Homem e Cidadão<sup>5</sup>, se garantiam apenas os direitos, no/do masculino do homem e do cidadão.

Quando comparamos a França com o processo histórico brasileiro, identificamos uma construção republicana marcadamente masculina. Mesmo os homens mais esclarecidos da época, acreditavam que o espaço político era exclusivamente para homens e feito só para eles e não uma atividade feminina. *Não por acaso, as únicas mulheres que surgem no episódio da implantação da República são as filhas de Benjamim Constant. Elas aparecem no papel clássico das mulheres: bordando a primeira bandeira republicana* (Carvalho, 2006, p. 93).

Logo a partir dos diferentes sentidos e significados da fundação do Estado Republicano, fazemos as indagações. Como as escolas republicanas francesa e brasileira absorvem tal imaginário cívico? Quais os símbolos nacionais que irão marcar o universo escolar?

Enfim, como se estrutura o papel da educação pública durante a Revolução Francesa? Certamente produzindo símbolos para o novo regime, no sentido da formação de um novo imaginário social. Trata-se então de buscar desvelar o lugar social e político que será conferido à Escola Republicana.

Deste modo, o presente artigo analisa como a manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em que se redefinem identidades coletivas. Ao mesmo tempo, investiga como a partir de determinados, culturalmente, marcos históricos, se desenham também os contornos das instituições sociais, como a família e a Escola Pública e, conseqüentemente, os papéis determinados para homens e mulheres.

## **A mulher brasileira na literatura**

---

<sup>5</sup> Em 1789, a Assembléia Nacional Constituinte, mais especificamente em 2 de outubro do ano da Revolução, votou definitivamente a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, concentrando em 16 artigos os direitos fundamentais do cidadão. No entanto, em 1793, ocorreu uma revisão, surgindo uma segunda versão.

O papel da cultura e, em particular, da literatura se associam as funções da escola, complementando um projeto burguês da república brasileira, que mantém as mulheres em uma posição de subalternidade. Guacira Lopes Louro em seus estudos sobre a história da mulher no Brasil, uma abordagem específica sobre a questão da educação feminina, discutindo as representações e os discursos formadores da imagem da professora. A outra defende a idéia de que a figura feminina assumiu, aos poucos, já no final do século XIX, a função pelo magistério primário, que os homens abandonariam lentamente. Para consolidar o papel social da professora, os médicos e higienistas, baseando-se em conceitos psicológicos, associam o magistério à responsabilidade da maternidade, identificando construindo a figura da mulher como a ideal para tal atividade. Por conta desta análise, Guacira Louro defendeu a inclusão do estudo de gênero à história da educação.

*Não parece ser possível compreender a história de como as mulheres ocuparam as salas de aula sem notar que essa foi uma história que se deu também no terreno das relações de gênero: as representações do masculino e do feminino, os lugares sociais previstos para cada um deles são integrantes do processo histórico. Gênero, entendido como construção social, e articulado à classe, etnia, religião, idade determinou (e determina) algumas posições de sujeito que as mulheres professoras ocuparam (e ocupam).<sup>6</sup>*

Por outro lado, a historiografia também apresentou trabalhos sobre as mulheres pobres no século XIX. Estas mulheres, em grande parte, eram mães solteiras que viviam sozinhas, concubinas que mantinham com a força de seu trabalho suas famílias, ou, então, mulheres que conseguiam dividir as responsabilidades de criação e manutenção dos filhos com seus homens. Eram doceiras, engomadeiras, lavadeiras, prostitutas, costureiras, que andavam pelas ruas sobrevivendo do comércio ambulante, livres, sem serem importunadas, o que era praticamente impensável para as mulheres de classes mais abastadas. Assim, o trabalho informal era uma parte da estratégia de sobrevivência das mulheres pobres, ainda que vistas como submissas, estas mulheres tinham atitudes independentes, porém, sua identidade de gênero tornava-se um agravante para a sua condição social.

Como afirma Soihet (1989):

*Nesse sentido, as mulheres de nossa amostra, em grande parte, não se adaptam às características dadas como universais ao sexo feminino, como submissão, recato, delicadeza, fragilidade, etc. São mulheres que trabalham e muito, em sua maioria não são formalmente casadas, brigam, pronunciam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos que lhes são atribuídos<sup>7</sup>.*

Em tese, estas mulheres não tinham qualquer tipo de educação formal. Sobre a possível educação por parte da família, grandes partes dos pesquisadores

---

<sup>6</sup> Idem, p.478.

<sup>7</sup> Soihet, Rachel (1989, p. 11).

registram muitas vezes, uma fragilidade da instituição familiar presentes nesses setores da população.

O fato é que o objetivo fundamental da educação feminina naquela primeira metade do século xx era formar uma boa esposa e uma boa mãe. Mas, o que pesava no papel feminino ligado à educação, era a obrigação de educar os filhos. Os romances não economizam em relação à apresentação de atributos que definiriam as “prezadas” femininas.

*Helena tinha os predicados próprios a captar a confiança e a afeição da família. Era dócil, afável, inteligente. Não eram estes, contudo, nem ainda a beleza, os seus dotes por excelência eficazes. O que a tornava superior e lhe dava probabilidade de triunfo, era a arte de acomodar-se às circunstâncias do momento e a toda a casta de espíritos, arte preciosa, que faz hábeis os homens e estimáveis as mulheres.<sup>8</sup>*

Desta forma, todo esforço feminino aplicado à educação receberia sua recompensa com o ritual de entrada no salão, no qual se daria a prova de fogo e a moça comprovaria o seu sucesso para a sociedade. Todo nervosismo feminino residia no desejo de brilhar no salão, como desvela José de Alencar em uma de suas obras:

*Essa moça tinha desde tenros anos o espírito mais cultivado do que faria supor o seu natural acanhamento. Lia muito, e já de longe penetrava o mundo com o olhar perspicaz, embora através das ilusões douradas. Sua imaginação fora a tempo educada: ela desenhava bem, sabia música e a executava com mestria; excedia-se em todos os mimosos labores de agulha, que são prezadas da mulher (...)*

As habilidades em tocar piano, dominar línguas estrangeiras e saber se comportar, eram valorizadas na mulher considerada educada e culta. Contudo, o que se observa, é que a educação feminina ainda beirava ao nível da precariedade.

*As curiosidades de Capitu dão para um capítulo. Eram de várias espécies, explicáveis e inexplicáveis, assim úteis como inúteis, umas graves e outras frívolas; gostava de saber tudo. No colégio onde, desde os sete anos, aprendera a ler, escrever e contar, francês, doutrina e obras de agulha, não aprendeu, por exemplo, a fazer renda; por isso mesmo, quis que a prima Justina lho ensinasse. Se não estudou latim com o padre Cabral foi porque o padre, depois de lha propor gracejando, acabou dizendo que latim não era língua de meninas... (...)<sup>9</sup>*

Portanto, o desejo é que a educação feminina tinha de ser prática, pouco afeita à sofisticação e à formação filosófica da vida. Os conhecimentos eram apenas artigos considerados de “perfumaria”, desnecessários à moça, principalmente para aqueles que viviam no campo.

<sup>8</sup> Assis, Machado (1979, p.24-25).

<sup>9</sup> Assis, Machado. *Dom Casmurro*. 13 ed. São Paulo: Ática; p.44-45.

*...Que francês? que piano? Bradou que não, ou então que deixasse de ser sua filha; podia ficar, tocar, cantar, falar cabinda ou a língua do diabo que os levasse a todos. Palha é que a persuadiu finalmente; disse-lhe que, por mais supérfluas que lhe parecessem aquelas prendas, eram o mínimo de adornos de uma educação de sala.*

*- Mas eu criei minha filha na roça e para a roça, interrompeu a tia<sup>10</sup>.*

Assim, as pesquisas sinalizam que se realizava muito superficialmente, mesmo quanto ao ensino de línguas. Cabia à mulher apenas ter acesso ao conhecimento básico e necessário. Nas famílias mais abastadas, havia a contratação de um preceptor para acompanhar a educação das meninas, normalmente alemãs, francesas ou inglesas.

Já nas famílias urbanas de condições mais simples, a educação era dada em casa pela própria família, sem qualquer tipo de sofisticação. Tudo era com base na prática do cotidiano e da sobrevivência. Os literatos, marcados pelo conservadorismo, expressavam em seus textos todas as suas idéias em relação ao lugar da mulher na sociedade: a guardiã do lar. Embora os romances funcionassem como veículos para educar as mulheres na maneira ideal de se portar na sociedade, muitos desses autores criticam de alguma forma a educação dada às mulheres. Tratavam-se de críticas não do ponto de vista humanista, mas sim de críticas que reforçavam o pensamento patriarcal, uma vez que apresentavam mais os aspectos negativos e nocivos ao caráter feminino. Como na situação da personagem Adelaide, na obra de Bernardo Guimarães.

*Imbuída em todos os preconceitos e parvoíces do pai, não tendo tido outro mestre senão ele e alguns preceptores lisonjeiros e fáceis, que lhe deram algumas lições superficiais de música, dança e desenho e algumas noções de francês, faltou inteiramente à Adelaide a educação moral e religiosa. Formosa e dotada de bastante espírito e inteligência, teria sido uma das mais perfeitas criaturas, se não fosse a falsa e má educação que lhe perverteu consideravelmente a excelente índole de que a dotara a natureza.<sup>11</sup>*

Assim sendo, os estudos apontam que os romances clássicos brasileiros funcionaram como material pedagógico, na formatação da mulher "correta", educada e de família. Também os clássicos da literatura do século XIX, se tornaram o veículo no qual os autores reafirmavam sua visão de mundo e sociedade ideais, aquela em que se exigia uma mulher educada e guardiã da família.

### **A educação feminina e o discurso médico: as teses de aleitamento materno (1838-1913)**

Nesta seção enfocamos como forma de "domesticação" da classe trabalhadora a necessidade da imagem da família nuclear, voltada para si mesma, instalada numa habitação aconchegante, que deveria exercer certa sedução no

<sup>10</sup> Idem (1988). *Quincas Borba* (p.76). 7 ed. São Paulo: Ática; p.76.

<sup>11</sup> Guimarães, Bernardo (s/d).

espírito do trabalhador. Por outro lado, a necessidade da introjeção de um novo modelo de feminilidade: a esposa, dona-de-casa, mãe de família, preocupada com os filhos é uma das bases do novo modelo das relações de trabalho, imposto pelo processo de industrialização.

A mulher como responsável pelos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, cabe a ela vigiar os horários do esposo, dos filhos, estar a par do dia-a-dia dos entes queridos. A esposa, mãe, dona de casa, mãe de família, vai ser a própria representação simbólica do ser assexuado. Tal comportamento se revela no momento em que a mulher começa também a ser solicitada no espaço público, como resultado das novas exigências da urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial.

Porém, neste contexto vamos ter duas formas diferentes de orientação e tratamento em relação às mulheres. As mulheres de boas condições econômicas serão direcionadas para uma boa educação, visando ao casamento: preocupação com a moda, com a forma de vestir-se, com as formas de circulação da sociedade. Já as mulheres pobres serão orientadas para o trabalho nas fábricas, nos escritórios comerciais e nos serviços em lojas.

No entanto, a solicitação da mulher no espaço urbano não resultou no relaxamento das exigências morais. Ao contrário, quanto mais a mulher se afastava do espaço privado, mais a sociedade burguesa lançava sobre os seus ombros o estigma do pecado, a culpa pelo abandono do lar, dos filhos. A todo o momento também havia um alerta para o perigo da prostituição.

Embora fosse exigida a participação feminina no espaço público, o movimento operário aparece como um obstáculo à circulação da mulher na esfera do trabalho. A todo instante pregava-se à manutenção de um ideal feminino da mãe – sempre *vigilante do lar*. Este modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada implicava numa desvalorização profissional, política e intelectual. Tal desvalorização partia do pressuposto de que a mulher só deveria se realizar através do sucesso do marido e dos filhos.

Fora do lar, o campo da mulher estava circunscrito ao papel de ajudante, assistente, sempre subordinada a uma figura masculina. A imagem da mulher associada à idéia de *flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo selvagem, corruptor e assassino*<sup>12</sup>, fortalecia a concepção do sexo feminino como uma máquina inconsciente, destinada a trabalhar e a procriar. Ao contrário do sexo masculino, este dotado de razão, um símbolo de força.

Para corroborar e justificar esse pensamento da mulher como *rainha do lar*, várias teses defendidas na segunda metade do século XIX e início do século passado, indicaram a missão sagrada da mulher: a sua vocação natural para a procriação. Tal discurso terá como base a questão moral, fundando um novo modelo normativo de feminilidade e, também, a instauração de um imaginário de família, ambos voltados para a intimidade do lar.

---

<sup>12</sup> Ver Rago (1985);

Ao mesmo tempo, o discurso médico se encarregou de conduzir a educação feminina para a vida doméstica, exaltando o instinto natural e o sentimento de responsabilidade "inerente" à mulher. Contudo, teremos certa resistência feminina, o que se revela através de algumas práticas como a não amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel de esposa/mãe/dona-de-casa.

O discurso dos médicos associados aos discursos normativos dos poderes públicos, industriais e do movimento operário destinados à educação e a disciplina do cotidiano feminino, teceu o lugar da mulher na sociedade e pautou a construção de sua identidade. Os médicos sanitaristas terão como trincheira e justificativa para uma educação feminina, o problema do aleitamento natural associado ao *aleitamento mercenário*, formulando todo um discurso ao longo dos oitocentos, que destacava a importância do papel da mulher como *guardiã da lei*<sup>13</sup>.

O alvo desse discurso eram as mulheres de famílias abastadas, possuidoras de escravas que ocupavam a função de amas-de-leite. O argumento contra o *aleitamento mercenário* era a elevada taxa de mortalidade infantil, os médicos criticavam asperamente o comportamento das mães de todas as classes sociais que não amamentavam seus filhos.

Em dezembro de 1847, Zeferino da Silva Meirelles apresentou sua tese - *Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento maternal* - à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em seu trabalho, o médico afirma não ter nenhuma esperança de mudar o quadro das mulheres que insistem em entregar seus filhos às *mães mercenárias*.

*"... Estamos assaz convencidos de que não nos caberá certamente a gloria de, com nossas fracas vozes, mover o coração já emperdenido d'essas, que de mãe só tem o nome; que desprezando o innocente fructo de suas entranhas, o entregão desapiadadamente a mãos mercenárias ..."*<sup>14</sup>

O autor também chama atenção, em outro momento da tese, para a prática prazerosa do aleitamento, algumas vezes responsável pelo orgasmo na mulher.

*"A natureza, providente, teve a sabedoria de collocar o prazer, onde o exercício de uma funcção é indispensável a vida, e a dor quando suas leis são desprezadas. A mãe, que cria, sente correr com delicia o leite atravez dos cannaes que o devem levar á boca de seu filho; como no acto da reproducção Ella tem muitas vezes erectismo, voluptuosidade..."*<sup>15</sup>

No final de sua pesquisa, o Dr. Meirelles convoca, mais uma vez, as mulheres ao sagrado dever.

---

<sup>13</sup> A mulher vai ser a grande *guardiã da lei*, segundo os preceitos de uma sociedade livre dos vícios. Como observadora, a mulher seria encarregada de corrigir os filhos em tudo aquilo que pudesse ir de encontro aos costumes de uma sociedade civilizada no novo Brasil republicano.

<sup>14</sup> Cf Meirelles (1847, p.1)

<sup>15</sup> Idem, ibidem, p.10



*"Quanto não sois responsáveis, ó mães, perante a natureza e a sociedade, vós que podeis transmitir com vosso leite nobres e excellentes virtudes e dar á sociedade homens fortes, capazes de soportar [sic] todos os trabalhos?! Lembrae-vos que nosso futuro, costumes, paixões, gostos, prazeres, e até nossa felicidade dependem de vós: corrigi este abuso, e os homens tornar-se-hão verdadeiros filhos, maridos e paes[sic]: isto feito, uma reforma geral succederá na sociedade, a natureza reconquistará seus direitos"<sup>16</sup>*

Agostinho Jose Ferreira Bretas, foi um dos primeiros médicos a tratar e normatizar a questão do aleitamento materno. Em 15 de dezembro de 1838, o Dr. Bretas defendeu a sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro - *A utilidade do alleitamento[sic] maternal e os inconvenientes que resultão do desprezo[sic] deste dever*. Para tanto, recorreu a todo um esboço histórico recuperando o mito de fundação da cidade de Roma, recorrendo à clássica história da loba que amamentou os irmãos Rômulo e Remo.

Contudo, o autor acha muito difícil encontrar alguém nas condições supracitadas, mesmo que a mãe encontrasse uma pessoa com pelo menos uma parte dos requisitos, a criança ainda estaria correndo sérios riscos.

Ao final, ainda faz algumas recomendações à mãe:

*"deverá evitar tudo quanto possa excitar paixões; por quanto estas poderão alterar as qualidades do leite, e mesmo chegar a suspendel-o. Deverá fugir de espetáculos públicos, e outros divertimentos deste gênero, como bailes etc; deverá igualmente fugir de ler tragédias, comedias, ou quaesquer outros objectos que choquem fortemente a economia, e existem affecções vivas. Não deverá logo depois dos prazeres conjugaes offerecer os seios á criança; pois que todo o organismo tendo soffrido perturbação, o leite não offerecerá as qualidades convenientes"<sup>17</sup>*

Em dezembro de 1853, outro médico, Joaquim Telesphoro Ferreira Lopes Vianna, escreve sobre o tema na tese - *Breves considerações sobre o aleitamento* - Neste trabalho, alerta mais uma vez as mães para não entregarem seus filhos a pessoas estranhas. Para o médico, a mãe só é realmente mãe, quando cuida e zela pelo seu filho, principalmente no período de lactação, acreditando que só esta prática desenvolveria na mulher o sentimento da maternidade.

*"... Uma verdadeira mãe é o único ente que pode sentir por seu filho; só Ella pode de alguma sorte adivinhar suas necessidades, antes que elle as tenha manifestado por seus gritos, e vagidos, e prestar-lhe desveladamente, e com uma Constancia infatigável, os minuciosos cuidados, que exige sua fraqueza, fazendo desde logo sellar[sic] o pacto de um amor sem rival com a grata offerenda[sic] da pura neve de seus seios..."<sup>18</sup>*

---

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p.16.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, p.28. Nesta passagem da tese do dr. Bretas podemos perceber toda a construção de um projeto de controle sobre o corpo e a liberdade feminina.

<sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p.3

O médico alerta ainda para o perigo do espartilho que muitas vezes *impede a circulação sanguínea e entrada de ar nos pulmões*. Da mesma forma, o vinagre também seria um elemento condenável pelo estudioso, considerado como perigoso para a lactação. Muito utilizado pelas moças gordas *com intuito de se tornarem esbeltas*, o uso excessivo poderia causar irritação nos mamilos e em todo tecido gástrico.

O que se observa é que os médicos tentavam convencer as mulheres através do discurso da vocação natural, recorrendo a tática do discurso sentimental, mostrando os perigos que uma criança poderia correr se não fosse amamentada por sua mãe. Neste caso, o argumento principal contra o *aleitamento mercenário* será a elevada taxa de mortalidade infantil. Como vimos nas teses anteriores, os médicos criticavam violentamente o comportamento das mães de todas as classes sociais que se recusavam a amamentar.

Paralelamente, o grande número de escravas possibilitou o desenvolvimento do serviço de *aleitamento mercenário*; mas, por outro lado, o espírito cosmopolita da cidade proporcionou um *estrangulamento* desse serviço. As mulheres influenciadas pela moda europeia, pelo ideal de beleza feminino da época, temiam perder o belo corpo por conta da amamentação de seus filhos. O mito da flacidez dos seios era um dos fantasmas que assustavam principalmente as mulheres de classes mais abastadas.

Com o advento da República, a perseguição ao *aleitamento mercenário* estendeu-se às classes menos favorecidas, como resultado da própria incapacidade do Estado Imperial de coibir uma prática já tradicional na família patriarcal brasileira. A mulher rica direcionada às novas obrigações, novos compromissos, passando a freqüentar as ruas da cidade, desejava romper com as regras da antiga sociedade colonial.

Embora ainda mantivesse alguns dos traços patriarcais, a mulher da classe dominante forçava uma profissionalização das amas de leite. Os médicos, no entanto, não estavam dispostos a perder o poder sobre o discurso pedagógico higiênico aplicado às famílias, reivindicando a responsabilidade de serem os avaliadores das nutrizas assalariadas.

Mas, a perseguição ao *aleitamento mercenário* nas classes pobres esbarrava no problema das mulheres que necessitavam trabalhar. Ao mesmo tempo, resistindo à perda de autoridade, o Estado apresentaria um novo trunfo que seria responsável pela normatização e fiscalização das mulheres que prestavam o serviço de *criadeira*. Tal função deveria ser fiscalizada pelos especialistas competentes: médicos, higienistas, puericultores, pediatras, filantropos e administradores.

Na representação médico-sanitarista, o leite da nutriz, da escrava à ama de leite assalariada, aparece como um elemento perigoso por ser portador de *germes* que afetariam o organismo da criança, provocando também a degeneração da família.

Uma dos últimos momentos formas de persuasão está registrado no Congresso Médico Latino Americano, realizado no Rio de Janeiro, em 1909, quando são apresentados dois trabalhos acerca da importância do aleitamento. O primeiro - *Aleitamento e mortalidade da primeira infância*, de Elyseu Guilherme Junior, que pregava a importância dos conselhos e da *instrução[sic] higiênica das mães*.

O segundo trabalho, de Cezario Correia Arruda, critica mais uma vez o aleitamento artificial, criticando-o, afirmando que:

A mulher amamentando seu filho não faz mais do que homologar as leis naturais cumprindo ao mesmo tempo um sacrosanto dever.

Nenhuma genitora se póde[sic] furtar a esta imperiosa obrigação que a maturidade lhe impõe a menos que queira desvirtuar o papel nobre e sublime que Ella representa aos olhos da sociedade (...) Ao envez[sic] de prejudicar a beleza[sic], a amamentação fal-a[sic] realçar revestindo a mulher de uma aureola fulgurante e bella[sic] cantada por celebrados poetas e immortalizada[sic] por pennas[sic] illustres[sic]: a aureola da maternidade (1909, p. 01).

O que pode se observar ao longo da pesquisa é que o discurso moralizador dos médicos e sanitaristas procurava, cientificamente, persuadir a mulher, seja ela rica ou pobre, de sua tarefa natural de criação dos filhos, impondo os padrões hegemônicos de moralidade e higiene.

### **Considerações Finais**

O processo histórico, principalmente entre 1870-1940, impõe um modelo de "belo", "procriador", "saudável", "eugênico". Tais discursos revelam uma "sexualidade imaginada", que se revela em romances do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

Ao mesmo tempo, o discurso médico que propõe a educação sexual nas escolas, desde o final do século XIX, vem acompanhado de formas e mecanismos de controle sobre o corpo, determinando os "comportamentos socialmente desejáveis" em relação à sexualidade.

No entanto, no campo da educação, o tema da sexualidade ainda é relegado, embora a questão aflore frequentemente, mesmo que o seja, muitas vezes, como "consciência culposa". Talvez, porque a sexualidade humana, na cultura brasileira, historicamente tenha sido relacionada a categorias comportamentais de "demoníaco", "monstruosidade", "lascívia", "desregramento dos instintos". Tal visão circunscrita ao olhar europeu que, já desde a época colonial, produziu uma cartografia da sedução para melhor se apossar dos gentios e de seus corpos, tatuando-os com adjetivações degenerativas.

Também o discurso de viajantes e cronistas, o clerical e, depois, no século XIX, o discurso da ciência médica reforçou tais posicionamentos. O discurso médico, inclusive, como vimos anteriormente, exerceu uma ação saneadora, disciplinar e moralizadora. Portanto, a construção do conhecimento sobre sexualidade esteve, de um lado, associada aos discursos clerical e médico-científico, enquanto, no

campo das práticas, este “discurso da competência” sofria ranhuras e abria brechas para outras vivências e representações.

Portanto, o sistema educacional brasileiro republicano, ainda se vê marcado por uma visão positivista de apreensão do mundo, maniqueísta, dicotômica, segundo a qual a relação saber-poder-sexualidade permanece aprisionada à teia cartesiana, em que os desejos, sonhos, prazeres, são objetos de constante preocupação moral.

Deste modo, o pensamento positivista compreende não só uma teoria da ciência, mas também uma determinada concepção de história. A pretensão de Augusto Comte foi a regeneração moral e intelectual da humanidade. Para o modelo positivista é fundamental a escola, enquanto espaço formador da criança e do adolescente.

Ao mesmo tempo, a família é percebida pelos positivistas como “a escola da vida social”, sendo a subordinação da mulher aceita como natural, se mantendo em estado de infância constante. Logo, através da ciência as diferenças sociais e as de gênero.

Por outro lado, os cânones sobre sexualidade, produzidos historicamente pelo entrecruzamento de discursos ocidentais judaico-cristãos, assim como as representações da família, as imagens da mulher, a apreensão da sexualidade pela literatura, fazem parte do *locus* pelo qual o pensamento cultural da sociedade brasileira educa a partir de “comportamentos ideais”.

O discurso clerical e o discurso médico, sem dúvida, produziram normas, estereótipos, comportamentos exemplares, enfim, criaram uma pedagogia que procurou civilizar as condutas humanas e os papéis sociais. Paralelamente, o discurso médico, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu também formas e mecanismos de controle sobre o corpo e “comportamentos desejáveis”, demarcando as bases da sociedade republicana.

Por fim, a educação brasileira dentro dos paradigmas colonizatórios e, mesmo depois, no período republicano, ainda mantém uma abordagem depreciativa sobre a sexualidade, sequer a nomeando em seus discursos, atitudes que desvelam a escola brasileira em suas relações de gênero.

Quando a mulher começou a sair do espaço privado, a escola a recebeu, firmando-se como um espaço intermediário entre os universos privado e público. Nesse processo, o preconceito de gênero foi reproduzido e reforçado, no ambiente escolar as crianças são levadas a absorverem os estereótipos de homem e mulher. E muitas vezes as próprias mulheres são as reprodutoras de tais comportamentos.

As mulheres, na família e na escola, como professoras, realizam tal função de reprodução dos valores hegemônicos, introjetando o discurso opressor masculino. Nessa relação, que a psicanálise denomina de transferencial, entre professora e alunos/as, identidades individuais e sociais são construídas e, o saber instituído é reproduzido.

Por outro lado, os livros didáticos brasileiros reproduziram a história “oficial”, em que as mulheres ficam sempre num segundo plano ou aprisionadas ao papel “instrumental” feminino, em que um único modelo de família é reconhecido. No entanto, vários estudos têm demonstrado que, principalmente entre as camadas populares hoje, os modelos familiares são os mais variados possíveis. E, na maioria dos lares pobres, a figura da mulher aparece geralmente sozinha, como chefe de família.

A partir da nova Constituição Federal de 1998 – A Constituição Cidadã – e o processo de redemocratização do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990 se identificam alguns avanços no sentido da desconstrução destes estereótipos.

No entanto, o mundo ainda descrito em muitos livros didáticos, corresponde a um mundo ideal que permanece em algumas representações do professor do Ensino Fundamental, não correspondendo ao mundo real de uma significativa porcentagem do alunado. As imagens reproduzem famílias de classe média, bem estruturadas, de grupo étnico branco e com a mulher apenas cuidando da casa e dos filhos.

Portanto, o que os estudos assinalam é que o rosto feminino da Escola Republicana brasileira ainda oculta os traços de *Marianne*...

### **Referências Bibliográficas**

Assis, Machado de. **Helena**. São Paulo: Ática, 1979.

Assis, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ática, 1980.

Assis, Machado de. **Quincas Borba**. São Paulo: Ática, 1979.

Carvalho, José Murilo de. **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Cezario Correia Arruda. *Do aleitamento artificial. Trabalho do Dispensário Moncorvo. Quarto Congresso Médico Latino Americano*. Rio de Janeiro, 1909; p.1.

Faria, Lia. **Olhar feminino sobre ideologias e utopias dos anos 60: “discurso fundador” de uma geração**. Tese de doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro, RJ, 1996.  
Lobo, Yolanda e Faria, Lia. *Vozes femininas no Império e na república*. RJ. Ed Quartlet, 2008.

Louro, Guacira Lopes. *Mulheres em sala de aula*. Petrópolis, Vozes, 1997.

Margareth Rago. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

Soihet, Rachel. **Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

Meirelles, Zeferino Justino da Silva. **Sobre as vantagens do aleitamento maternal.** Rio de Janeiro, 1847.

Guimarães, Bernardo **Rosaura, a enjeitada.** Vol 1. São Paulo: Editora Saraiva, (s/d).